

Notas e Informações

ESTAMOS

Ameaça à estabilidade social

"A inflação bateu todos os recordes e se transformou numa séria ameaça à estabilidade social." Não foi um dirigente da CUT quem fez tal declaração, mas o ministro Mailson da Nóbrega, no Rio de Janeiro, durante almoço em que recebeu homenagem dos empresários do setor imobiliário. A advertência é oportuna, quanto entramos agora numa situação muito preocupante, que permite melhor avaliar os efeitos de uma inflação já incontrolável.

Durante anos, afirmou-se que se podia conviver com a inflação, graças ao sistema aperfeiçoado de indexação aqui inventado. Nos últimos meses, pensava-se ainda que seria possível, ao Brasil, evitar os efeitos normais de uma pré-hiperinflação. Hoje, porém, verifica-se que os acontecimentos se precipitam, a ponto de ameaçar tanto o equilíbrio econômico quanto o social. O quadro econômico não pode ser avaliado apenas pela evolução do mercado financeiro que se costuma rotular de "especulativo", com a taxa de *overnight* a 101,22%, um dólar no mercado paralelo bêirando 50 cruzados novos e até a Bolsa em alta. Poder-se-ia dizer que os dados do mercado financeiro são os hiperfenômenos de uma situação ainda mais grave, por afetar, diretamente, uma realidade social.

Os industriais não mais conseguem fixar os preços e os juros das suas mercadorias, passando os comerciantes a reajustar seus preços diariamente, não mais

com base no BTN (símbolo da indexação), mas nos rendimentos do *overnight*, instrumento que apenas visa a impedir a dollarização da economia. Quanto aos assalariados, pedem reajustes salariais semanais, na base do BTN fiscal, quando não decretam greves que convulsionam toda a vida econômica do País.

A defasagem da taxa cambial está ameaçando seriamente nossa balança comercial: o setor da indústria automobilística mostra-se incapaz de continuar exportando e não tem outra saída, senão a de reduzir seus efetivos, o mesmo ocorrendo com a indústria de calçados. A produção industrial deverá cair violentamente, do que dão sinais uma redução das vendas no comércio varejista e saques em armazéns. Tem-se a impressão de que chegamos à *hora da verdade*, em que não se consegue mais conviver com uma inflação que desafia os esforços das autoridades.

Cabe voltar a perguntar se não seria necessária a antecipação da posse do presidente eleito e, ainda, se poderemos vencer os 35 dias que dela nos separam sem assistir a graves distúrbios sociais. Há pelo menos a certeza de que a equipe econômica de Fernando Collor de Mello terá de rever rapidamente seus planos, nos quais não se incluiu, ao que parece, a situação hiperinflacionista que ora se vislumbra.

O ministro Mailson da Nóbrega está atribuindo a situação atual à falta de definição por parte do futuro governo. Nas en-

trevistas que concedeu à imprensa na sua viagem ao Exterior, afirmou Collor de Mello que seu programa de luta contra a inflação estava pronto, e que pretendia divulgá-lo oportunamente. A questão é saber se não seria mais proveitoso fazê-lo logo ao seu regresso, tornando-se públicos, ao mesmo tempo, os nomes dos seus ministros, especialmente os daqueles aos quais caberá aplicar tal programa.

Não podemos menosprezar os perigos de uma divulgação antecipada de um plano de ação que necessita, essencialmente, de um efeito-supresa. Mas talvez exista um meio-termo e a possibilidade de que algumas declarações do futuro presidente viessem a apaziguar um mercado que vive um momento de grave tensão. Os votos que lhe foram dispensados lhe dão força para se dirigir à Nação e em particular aos empresários para que evitem um atitude suicida, da qual podem sobrevir graves consequências sociais. É preciso que, depois de uma fase em que sua equipe procurou recolher informações sobre a verdadeira situação, se passe a outra que permita uma colaboração ativa, capaz até de antecipar a divulgação de algumas medidas de emergência, para facilitar a tarefa do futuro Ministério, como por exemplo uma maxidesvalorização tendente ao fechamento de contratos de exportação. A situação é demasiadamente grave para que se possa pensar em uma transmissão dos poderes sem que haja maior comunicação entre o atual e o futuro governo.